



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 1 de 67)

**EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>91721/2025 Comprasgov</b> <b>1721/2025 GMS</b>  <b>TIPO: MENOR PREÇO</b>  <b>UASG:456793</b> <b>SRP</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b>  <b>Até 09 h 00 min do dia 25/03/2026</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>09 h 10 min do dia 25/03/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **central de monitoramento compatível com monitores das marcas mindray e nihon kohden**.

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 809.920,00 (Oitocentos e nove mil, novecentos e vinte reais)**.

**3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **compras.gov**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas **<https://pncp.gov.br>**, **[www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Deise Gebhardt** e equipe de apoio **Iliane da Aparecida Ribeiro**, designadas pela Resolução/Portaria n.º **1275/2025**, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

**E-mail:** **[deise\\_gebhard@sesa.pr.gov.br](mailto:deise_gebhard@sesa.pr.gov.br)**

**Telefones:** **(41) 3360-6745**

**Endereço:** **Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná**

**O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.**

**4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico **<https://www.administracao.pr.gov.br/compras>** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 2 de 67)

**4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

**5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**5.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**5.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

**5.3** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 3 de 67)

**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

**1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

**2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

**3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

**4 PROPOSTA PARCIAL:**

**4.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

**5 VIGÊNCIA:**

**5.1** O contrato terá vigência pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias**.

**6 CONSÓRCIO:**

**6.1** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

**7 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.



## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 5 de 67)

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e total do item;

**4.1.2** Marca;

**4.1.3** Fabricante;

**4.1.4** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.



## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **10,00 (dez reais)**.

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente. **5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 7 de 67)

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.3** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.4** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 8 de 67)

vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.5** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.5.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.5.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.6** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.7** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.8** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.8.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.8.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.9** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.10** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no **Sistema de Fornecedores da União (SICAF)** ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.





## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.



## 11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) **CGOV/SESA** convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

**11.2** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de **cadastro reserva** no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**11.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.3** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.5** No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.

**11.6** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e **no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR**, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.7** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**11.7.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no **site** oficial.

**11.7.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 21/08/2025** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.7.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser **protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado**.

**11.7.2.2** O transcurso do período citado no item **11.7.2** sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## 12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 11 de 67)

**12.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**12.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa  
anual = 6%.

**12.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### **13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 12 de 67)

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

#### **14 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**14.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**14.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**14.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**14.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**14.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 09 de março de 2026.

Carlos Alberto Gebrim Preto  
(Beto Preto)  
Secretário de Estado da Saúde



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 1 de 67)

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

**1.1** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de central de monitoramento das marcas MINDRAY e NIHON KODEN, conforme especificações da planilha abaixo:

**LOTE 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA**

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementar es do item	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
ITEM 1	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 10 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRIC OS DA MARCA MINDRAY  CÓDIGO GMS 6510-104362 CATMAT 455676	UNIDADE	8	R\$ 79.990,00	R\$ 639.920,00

**LOTE 2 – AMPLA CONCORRÊNCIA**

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementar es do item	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
ITEM 1	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 20 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRIC OS DA MARCA NIHON KODEN  CÓDIGO GMS 6510-106201 CATMAT 455676	UNIDADE	5	R\$ 34.000,00	R\$ 170.000,00

O valor total do processo é de **R\$ 809.920,00 (Oitocentos e nove mil, e novecentos e vinte reais).**



## 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**LOTE 1:** Central de Monitorização, com capacidade para atender / comunicar com no mínimo 10 leitos, compatível com Monitores multiparamétricos da Marca Mindray.

Registro vigente na Anvisa.

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características físicas, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas deste Termo de Referência

### FINALIDADE DO EQUIPAMENTO

Monitoração dos parâmetros vitais dos pacientes, através da comunicação da central de monitoração e os monitores multiparamétricos lotados na beira do leito na Unidade de Terapia Intensiva.

### SOFTWARES DA CENTRAL

Capacidade de monitorar no mínimo 10 (dez) leitos simultâneos, com possibilidade de monitorização de até 64 (sessenta e quatro) leitos, sem incremento de software e hardware;

COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DE BASE INSTALADO NO HOSPITAL DA MARCA MINDRAY DA 1ª E 2ª GERAÇÃO SENDO ELES:

- Família PM (7000/8000/9000);
- MEC-1000;
- IPM-9800;
- Família IMEC (10/12/15);
- Família UMEC (10/12/15);
- Família Beneview (T5,T8);
- Família EPM e Família Benevision Série N.

Software do sistema Operacional - Windows 10;

### FUNCIONALIDADE, VISUALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO NA CENTRAL:

Interface de interação intuitiva: sistema com visualização gráfica de fácil utilização, que permite personalizar as telas de visualização dos parâmetros no formato multileitos de no mínimo:

01 (uma) curva de ECG;

01 (uma) curva de SPO2;

03 (três) valores numéricos, sendo eles:

- ECG;
- SPO2; e
- PNI.

Visualização individual do leito;

Espelhamento de todos os parâmetros gráficos e numéricos de todos monitores multiparamétricos conectado a central corresponde ao leito monitorado, devendo a visualização dos parâmetros ser em tempo real;

Permitir configuração de visualização dos leitos;

Realizar medições de PNI de forma remota;

Visualização de tendências:

- 220 (duzentos e vinte) horas de formas de onda gráficas;
- Full disclosure.

Admissão e alta do paciente com dados demográficos e fisiológicos (com exceção para a linha PM/MEC-1000/VS-800);

Capacidade de armazenamento de cadastro e histórico de evolução, vinculados ao paciente, possibilitando troca de leito sem perda de informações;





Possibilidade de visualização de Escore de Alerta Precoce.

Banco de dados para armazenar os registros do paciente monitorados;

Interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware;

Banco de dados baseado em: SQL Server, MySQL ou PostgreSQL;

Desenvolvido em linguagem compatível com o Sistema Operacional do servidor (ex.: C#, Java);

Interface gráfica amigável (ex.: Angular, React), Redes e Conectividade.

### **ALARMES AUDIOVISUAIS**

Ajuste de alarmes correspondentes a cada leito / monitor multiparamétrico além de apresentá-los em tempo real no formato audiovisual;

Falta de energia elétrica;

Bateria com baixo nível de carga do Nobreak (entregue separado).

### **HARDWARE e SOFTWARE**

Softwares da Central de monitoramento e sistema operacional deverá ser fornecida de forma física (pendrive/ DVD / CD) ou virtual, e assim como as licenças das mesmas (ambos para ser utilizado no futuro quando o(s) mesmos apresentarem defeito);

Conexão de Rede: Deverá se conectar com a infraestrutura existente no hospital e suportar a conexão com a mesma através de Wi-Fi e Ethernet;

Deve possibilitar acesso interno do Hospital ao PC via VPN (Rede privada virtual).

### **ESTAÇÃO DE TRABALHO**

01 (um) Computador Pessoal (PC) com as mínimas configurações ou superior:

Processador intel 5 ou intel Xeon;

16 GB de memória RAM;

Placa de rede compatível com a Central e monitores multiparamétricos (conforme linha supracitada);

500 GB de HD ou SSD;

Teclado USB padrão ABNT;

02 (duas) portas USB;

01 (um) mouse óptico;

01 (conj.) Caixa de som, com todos acessórios pertinentes;

02 (duas) saída de vídeo escravo (espelhamento) devendo suportar:

- Monitores de vídeo (central e escravo);

- Resolução mínima de 1280 x1024 pixels;

- Conexão do tipo (HDMI, DVI ou VGA (RGB) compatível com os monitores / TVs fornecidos, caso não seja deverá incluir adaptador ou conversor, para perfeito funcionamento.

01 (unid.) Monitor de Vídeo em tela LCD / LED para Central de no mínimo 21";

01 (unid.) Monitor de Vídeo ou TV em tela LCD / LED para espelhamento da central (escravo) de no mínimo 40";

01 (unid.) Base para monitor de vídeo (central);

01 (unid.) Suporte de parede para monitor de vídeo / TV (escravo).



Imagem ilustrativa



**LOTE 2:** Central de Monitorização, com capacidade para atender / comunicar com no mínimo 20 leitos, compatível com Monitores multiparamétricos da Marca Nihon Koden

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características físicas, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas deste Termo de Referência

#### **FINALIDADE DO EQUIPAMENTO**

Monitoração dos parâmetros vitais dos pacientes, através da comunicação da central de monitoração e os monitores multiparamétricos lotados na beira do leito na Unidade de Terapia Intensiva.

#### **SOFTWARES DA CENTRAL**

Capacidade de monitorar no mínimo 20 (vinte) leitos simultâneos, com possibilidade de monitorização de até 48 (quarenta e oito) leitos, sem incremento de software e hardware;

COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DE BASE INSTALADO NO HOSPITAL DA MARCA NIHON KODEN:

- Família / Linha BSM;
- Entre outras linhas da marca Nihon Koden.

Software do sistema Operacional - Windows 10;

#### **FUNCIONALIDADE, VISUALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO NA CENTRAL:**

Interface de interação intuitiva: sistema com visualização gráfica de fácil utilização, que permite personalizar as telas de visualização dos parâmetros no formato multileitos de no mínimo

01 (uma) curva de ECG;

01 (uma) curva de SPO2;

03 (três) valores numéricos, sendo eles:

ECG;

SPO2; e

PNI.

Visualização individual do leito;

Espelhamento de todos os parâmetros gráficos e numéricos de todos monitores multiparamétricos conectado a central corresponde ao leito monitorado, devendo a visualização dos parâmetros ser em tempo real;

Permitir configuração de visualização dos leitos;

Realizar medições de PNI de forma remota;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 5 de 67)

Visualização de tendências:

- 120 (cento e vinte) horas de formas de onda gráficas;
- Full disclosure.

Admissão e alta do paciente com dados demográficos e fisiológicos;

Capacidade de armazenamento de cadastro e histórico de evolução, vinculados ao paciente, possibilitando troca de leito sem perda de informações;

Banco de dados para armazenar os registros do paciente monitorados;

Interface com usuário em português passível de atualizações futuras, sem necessidade de substituição do hardware;

### **ALARMES AUDIOVISUAIS**

Ajuste de alarmes correspondentes a cada leito / monitor multiparamétrico além de apresentá-los em tempo real no formato audiovisual;

Falta de energia elétrica;

Bateria com baixo nível de carga do Nobreak (entregue separado).

### **HARDWARE e SOFTWARE**

Softwares da Central de monitoramento e sistema operacional deverá ser fornecida de forma física (pendrive/ DVD / CD) ou virtual, e assim como as licenças das mesmas (ambos para ser utilizado no futuro quando o(s) mesmos apresentarem defeito);

Conexão de Rede: a mesma através de Ethernet;

### **ESTAÇÃO DE TRABALHO**

01 (um) Computador Pessoal (PC) com as mínimas configurações ou superior:

- Processador intel 5 ou intel Xeon;
- 16 GB de memória RAM;
- Placa de rede compatível com a Central e monitores multiparamétricos (conforme linha supracitada);
- 500 GB de HD ou SSD;
- Teclado USB padrão ABNT;
- 02 (duas) portas USB;
- 01 (um) mouse óptico;
- 01 (conj.) Caixa de som, com todos acessórios pertinentes;
- 03 (três) saída de vídeo escravo (espelhamento) devendo suportar:
  - Monitores de vídeo (central e escravo);
  - Resolução mínima de 1280 x1024 pixels;
  - Conexão do tipo (HDMI, DVI ou VGA (RGB) compatível com os monitores / TVs fornecidos, caso não seja deverá incluir adaptador ou conversor, para perfeito funcionamento.

02 (unids.) (01 para cada 10 leitos) Monitor de Vídeo em tela LCD / LED para Central de no mínimo 21”;

02 (unid.) (01 para cada 10 leitos) Monitor de Vídeo ou TV em tela LCD / LED para espelhamento da central (escravo) de no mínimo 40”;

01 (unid.) Base para monitor de vídeo (central);

01 (unid.) Suporte de parede para monitor de vídeo / TV (escravo).



Imagem ilustrativa



### **1.2.1 REQUISITOS OBRIGATORIOS PARA AQUISIÇÃO VALIDO PARA TODOS OS LOTES**

#### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO**

A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

#### **GARANTIA**

Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

Garantia plena total do Fabricante de 01 (um) ano, para os equipamentos e acessórios e mão de obra, e 03 (três) anos para software da central;

Após finalização das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento

de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 7 de 67)

(dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

#### **NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES**

Registro na ANVISA, e vigente (aplicável somente para o software de aplicação da Central).

Não serão aceitos sistemas que utilizem Número de Registro compartilhado com Monitores Multiparamétricos;

NBR 14136 e IEC 60320 C13 - cabo de força tripolar.

NBR IEC 60601-1 – (Requisitos de Segurança Básica e Desempenho Essencial para Equipamento eletromédicos).

#### **MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE)**

Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento operacional presencial para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Eletromedicina do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;

As datas e horários do treinamento operacional deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;

Todo treinamento operacional e material técnico deverá ser fornecido sem ônus ao CONTRATANTE, inclusive possíveis despesas do Engenheiro(s) / Técnico(s) e/ou (Treinador(es)).

#### **INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:**

Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

A instalação de todos os itens descritos neste edital será de total responsabilidade do fornecedor, sem qualquer ônus para o Hospital.

- A instalação da central de monitoração deverá ser previamente agendada com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Hospital, de acordo com a disponibilidade da instituição.

- Para agendamento e coordenação da instalação, o fornecedor deverá entrar em contato com o responsável pela Gerência de Informática, cujos dados de contato são os seguintes:

- Nome: Ramartins Rocha de Andrade;
- E-mail: giiht@sesa.pr.gov.br
- Telefone: 3212-5757 / 5832

Fornecer CD/DVD/Pendrive de instalação de todos os softwares instalado inclusive do sistema operacional;

Todos softwares deverão possuir licenças ilimitadas;

O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

Por questão de segurança, o dongle / pendrive / dispositivo que contém o software da central, deverá ser instalado internamente na estação de trabalho (PC);

A Instalação e disponibilidade dos pontos de rede lógica nos Leitos, que estão lotados os monitores multiparamétricos e no local da Central será por conta do Hospital. O mesmo vale para instalação dos: cabo de HDMI; tomada de rede elétrica; e suporte de TV / Monitor de vídeo (escravo).



## **ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E BACKUP DE ENERGIA**

Alimentação de 100 a 240V bivolt automático, frequência 60Hz ou 127V fixo (por questão de segurança não será aceito bivolt selecionável);

01(uma) (unid.) Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo da central de monitorização (PC) e seus periféricos, e com autonomia mínima de 15 min.

## **ACESSÓRIOS**

Todos cabos de vídeos e de força para referidos equipamentos supracitados;

Cabo de rede lógica padrão ethernet CAT 6, com no mínimo 2(dois) metros de comprimento, para conexão dos monitores multiparamétricos aos pontos das redes lógica instaladas leitos da UTI e da central de monitorização, em quantidade suficiente para atender todos os monitores multiparamétricos e central de monitorização, de cada unidade discriminado no Termo de Referência;

01 (um) (unid.) Cabo de HDMI de pelo menos 30 metros ou extensor HDMI (completo com conversor + cabo HDMI) (conexão da central e TV / monitor de Vídeo Escravo)

Todos acessórios referidos na Estação de Trabalho;

Além dos acessórios supracitados a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar seu perfeito funcionamento.

## **ENTREGA E EMBALAGEM**

A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

## **OUTROS E RECEBIMENTO**

Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;

Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;

Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.

A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega do manual e treinamento.

### **1.3 DA PADRONIZAÇÃO**

Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

### **1.4 DO FORNECIMENTO**

**1.4.1** Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

**1.4.2 Prazo de entrega:** Em até 120 (cento e vinte) dias do recebimento do empenho.

**1.4.3 Local de entrega:**





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 9 de 67)

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA**

HOSPITAL DO TRABALHADOR – HT

ENDEREÇO: AV. REPÚBLICA. ARGENTINA, 4406 – NOVO MUNDO

CURITIBA – PR – CEP: 81050-000

Contato e responsável pelo acompanhamento da entrega: Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

Fone: (41) 3212-5875/5846/5751

Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

Horário: 08:00 h às 16:30 h.

CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO - CHR

ENDEREÇO RUA QUINTINO BOCAIUVA, 329 – CABRAL

CURITIBA – PR – CEP: 80035-090

Contato e responsável pelo acompanhamento da entrega: Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

Fone: (41) 3212-5875/5846/5751

Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

Horário: 08:00 h às 16:30 h.

HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC

ENDEREÇO: RUA. UBALDINO DO AMARAL, 545 - ALTO DA XV

CURITIBA - PR, 82590-300

Contato e responsável pelo acompanhamento da entrega: Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

Fone: (41) 3212-5875/5846/5751

Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

Horário: 08:00 h às 16:30 h.

**FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM

Endereço: Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR

CEP: 83.601-030

Contato: Pitter Diorginnes de Oliveira

E-mail: pitteroliveira@sesa.pr.gov.br

Telefone: (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional do Litoral – HRL

Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas 222 Palmital, Paranaguá-PR

CEP: 83.206-020

Contato: Ronaldo Monteiro



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 10 de 67)

E-mail: ronaldo.monteiro@funeas.pr.gov.br

Telefone: (41) 3420-7448. Fax: (41) 3420-7400

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP

Endereço: Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR

CEP: 85.601-839

Contato: Celio Roberto Bet

E-mail: hrsengenhariaclinica@gmail.com

Telefone: (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB

Endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n, Jardim Monte Carlo, Telêmaco

Borba-PR CEP: 84.266-010

Contato: Every Barbosa Lobo

E-mail: every.lobo@funeas.pr.gov.br

Telefone: (42) 3272-7707

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

## **HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – HPM SESP**

Logradouro Av. Prefeito Omar Sabbag nº 894 – Jardim Botânico

CEP 80.2010-000

Cidade Curitiba/PR

Fone: (41) 3218-3605

E-mail: hpm.hotelaria@yahoo.com.br

Horário de Atendimento: 08:00 às 14:00

Responsável pelo recebimento: 3º Sgt. QPM 1-0 Denilson José dos Santos

## **2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Consta como participantes da presente licitação a Fundação Estatal de Atenção em Saúde (FUNEAS), o Hospital da Polícia Militar (PM-PR-HPM) e a Secretaria de Estado da Saúde (SESA). Sendo a demandante inicial da aquisição o Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT, vinculado a SESA, a justificativa da contratação apresentada é oriunda dessa unidade. Ainda assim, incluiu-se neste termo de referência alguns apontamentos presentes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentada pelas outras entidades participantes, sendo que a íntegra dos ETP está disponível no caderno de instrução da presente licitação, podendo ser consultada a qualquer tempo pelos interessados.

Os quantitativos presentes no Termo de Referência estão apresentados para atender aos órgãos que manifestaram interesse na participação da presente licitação, por meio do Sistema GMS. No Quadro abaixo, segue compilação da quantidade por item solicitado por órgão:



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 11 de 67)

LOTE	CÓD GMS	CÓD CATMAT	DESCRIPTIVO	FUNEAS	PMPR HPM	SESA
1	6515-104362	455676	Central de Monitorização, com capacidade para atender / comunicar com no mínimo 10 leitos, compatível com Monitores multiparamétricos da Marca Mindray	4	1	3
2	6515-106201	455676	Central de Monitorização, com capacidade para atender / comunicar com no mínimo 20 leitos, compatível com Monitores multiparamétricos da Marca Nihon Koden	4		1

## 2.2 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

Trata-se de solicitação para AQUISIÇÃO DE CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, para uso e compatibilidade com monitores multiparamétricos da marca Mindray e Nihon Koden. O objeto desta Licitação tem objetivo de monitorização e atendimentos aos pacientes que estão nos leitos conectados aos equipamentos (monitores multiparamétricos) lotados nas Unidades Intensivas do Hospital do Trabalhador (HT) e Centro Hospitalar de Reabilitação (CHR), unidades integrantes do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT, através de procedimento licitatório conduzido através do Sistema de Registro de Preços (SRP).

A aquisição de centrais de monitorização para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é fundamental para aprimorar a segurança dos pacientes, garantir a eficiência da equipe assistencial e otimizar a gestão dos recursos hospitalares. As centrais de monitorização permitem a integração de diversos dispositivos de monitoramento em uma plataforma centralizada, proporcionando vigilância contínua e resposta rápida a alterações clínicas dos pacientes.

A Central de monitorização ou Sistema de Monitoramento Central com o é chamado pelo Fabricante, fornece dados do paciente de forma remota, sem a necessidade do enfermeiro / médico tenha necessidade de ir até o leito do paciente.

A Central de monitorização fornece acesso e vigilância contínuos e em tempo real na UTI, ela integra e exibe em tela de monitores de vídeo e TV, informações do paciente através de uma conexão em rede lógica com monitores de multiparamétricos instalados na beira do leito, responsáveis que coletam sinais vitais.

A Central de Monitorização basicamente é composta de:

- Estação de Trabalho – computador (PC) dedicado para central de monitorização;
- Software aplicação – instalada em Dongle (pendrive) conectado internamente na no PC;
- Software SO (sistema operacional) – Interface entre o PC – hardware e software de aplicação;
- Tela de Exibição – Monitor de vídeo que exibe dados de monitoramento dos sinais vitais do paciente provido dos monitores multiparamétricos.

Utilizando funcionalidade flexível baseada em funções controlada por autenticação clínica, a estação de trabalho onde está instalado a Central de Monitorização permitem acesso a áreas de tratamento específicas e são configuráveis com base nos níveis desejados de interação. A Central de Monitorização também oferece um conjunto de ferramentas para tomada de decisão clínica aprimorada e simplificada, incluindo: Gráfico ST, resumo de ECG de 24 horas, e histórico de tendências.

A comunicação bidirecional com sistemas hospitalares é simplificada por meio do mecanismo de integração em rede, trazendo informações do paciente quase em tempo real são acessíveis remotamente não só para PCs como também possível uma configurável futura para smartphones e tablets, para uso dos médicos e intensivistas aprimorando a revisão e a colaboração e diagnóstico remoto.

A implementação dessas centrais possibilita:

- Monitoramento Contínuo e Integrado: As centrais reúnem dados de sinais vitais e parâmetros críticos de múltiplos pacientes em tempo real, permitindo que a equipe médica acompanhe a evolução clínica de forma precisa e eficiente.
- Melhoria na Segurança do Paciente: Com a integração de tecnologias avançadas, como alarmes personalizados e mensagens automáticas, é possível alertar a equipe sobre alterações clínicas críticas, falhas nos dispositivos ou situações de risco iminente, possibilitando intervenções rápidas e eficazes.



- Otimização do Fluxo de Trabalho: A redução da necessidade de coleta manual de dados minimiza erros, melhora a precisão das informações e libera a equipe para um atendimento mais humanizado e centrado no paciente.
- Apoio à Vigilância de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS): A integração com sistemas eletrônicos permite a detecção precoce de padrões sugestivos de infecção, contribuindo para a adoção de medidas preventivas e redução de complicações.
- Redução da Sobrecarga da Equipe: O uso de telemonitoramento, especialmente em situações como isolamento de pacientes infecciosos, reduz pontos cegos no monitoramento e permite uma visão abrangente da UTI sem necessidade de presença física contínua junto ao paciente.
- Gerenciamento Eficiente de Alarmes: A utilização de sistemas de gestão de alarmes evita alertas excessivos e irrelevantes, garantindo que a equipe receba apenas notificações realmente críticas, o que melhora os tempos de resposta e reduz a fadiga por alarmes.

Diante da relevância desses fatores, a aquisição das centrais de monitorização se apresenta como uma medida estratégica para elevar a qualidade assistencial na UTI, assegurar um ambiente hospitalar mais seguro e garantir melhor prognóstico para os pacientes críticos.

Dito isso e com base na motivação técnica, funcional e assistencial apresentada, solicita-se a aquisição de 04 (quatro) unidades de Centrais de Monitorização, conforme a seguinte distribuição:

- 🕒 Três (03) unidades compatíveis com monitores da marca Mindray (Lote 1)
- 🕒 Uma (01) unidade da marca Nihon Kohden (Lote 2)

A estimativa de valor global para a aquisição é de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais) com base em pesquisa de mercado realizada para fins de planejamento e elaboração do termo de referência.

A medida visa garantir a disponibilidade de recursos tecnológicos essenciais para o adequado acompanhamento clínico e suporte à vida dos pacientes internados nas UTIs do Hospital do Trabalhador – HT, CHR e Hospital Oswaldo Cruz, promovendo maior segurança, eficiência e qualidade na assistência prestada.

Frente a essa necessidade, solicita-se o prosseguimento das providências administrativas para a instrução e abertura do respectivo processo licitatório, nos termos da legislação vigente.

O Plano de Contratações Anual – PCA-e 2025 do órgão SESA/CHT respalda a contratação em pauta na ação apresentada na fl. 64 do ETP.

A definição da quantidade a ser adquirida na presente contratação foi realizada com base nos números de leitos / monitores multiparamétricos de cada UTI que irá receber a central de monitorização, sendo 03 (três) unidades do HT - Hospital do Trabalhador e 01 (uma) unidade para o HR - Hospital de Reabilitação.

A memória de cálculo utilizado resultou no quantitativo total conforme detalhado no quadro da fl. 66 do ETP, a ser adquirido.

A distribuição dos itens/serviços a serem adquiridos será realizada de acordo com a quantidade estimada para cada setor / UTI de cada unidade (HT, HR e HOC), conforme quadro na fl. 66 do ETP.

## **2.3 FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

A aquisição de centrais de monitoramento das marcas Mindray e Nihon Kohden é necessária para aprimorar a vigilância contínua e integrada dos sinais vitais de pacientes internados em setores críticos, como Unidades de Terapia Intensiva (UTI), pronto-socorro e centro cirúrgico. Esses equipamentos permitem a centralização da informação clínica em tempo real, com alta confiabilidade e compatibilidade com os monitores multiparamétricos já existentes na instituição. Aqui estão as principais razões que sustentam essa necessidade:

- ✓ Monitoramento centralizado e em tempo real de múltiplos pacientes críticos.
- ✓ Compatibilidade com os monitores multiparamétricos já instalados (das marcas Mindray e Nihon Kohden).
- ✓ Melhora na resposta clínica frente a alterações nos parâmetros vitais, como frequência cardíaca, saturação, pressão arterial e respiração.
- ✓ Reforço da segurança do paciente por meio de alarmes remotos e dados integrados.



- ✓ Facilitação da gestão clínica com registros contínuos e armazenamento de dados para acompanhamento evolutivo.
- ✓ Atendimento às normativas da Anvisa e às boas práticas de cuidado intensivo.

A aquisição das centrais de monitoramento é imprescindível para garantir eficiência no acompanhamento dos pacientes em estado crítico, promovendo segurança, agilidade na tomada de decisão e integração tecnológica com os equipamentos já em uso. A padronização com marcas compatíveis evita a perda de funcionalidade e assegura o pleno desempenho da rede de monitoramento hospitalar.

A contratação é tecnicamente justificada, pois assegura a continuidade e eficiência da rede de monitoramento de pacientes em setores críticos, por meio da aquisição de centrais compatíveis com os monitores já existentes. A padronização com as marcas Mindray e Nihon Kohden evita falhas operacionais e contribui diretamente para a segurança do paciente e a qualidade assistencial.

A definição do quantitativo necessário para a aquisição de centrais de monitoramento baseou-se no número de monitores multiparamétricos instalados nas unidades assistenciais, no layout físico dos setores críticos (como UTI e pronto-socorro) das unidades hospitalares, e na necessidade de centralizar o acompanhamento em tempo real dos sinais vitais dos pacientes. A análise técnica considerou o limite de conexões por central e a separação por marca, a fim de garantir plena compatibilidade e operação eficiente. A memória de cálculo considera a capacidade técnica de cada central, a compatibilidade com os monitores existentes e a necessidade de garantir operação contínua com redundância mínima. A aquisição de 4 centrais de monitoramento assegura a funcionalidade adequada, segurança assistencial e integração eficiente do sistema de vigilância multiparamétrica hospitalar. Quadro na fl. 103 do documento complementar do ETP.

O item encontra-se no PCA 2025 e O Plano de Contratação Anual de 2025 pode ser acessado em: <https://www.funeas.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Contratacoes-Anual-Exercicio-2025>

## **2.4 HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – HPM SESP**

A Aquisição de uma Central de Monitorização para a unidade de terapia intensiva é fundamental para atender às necessidades do Hospital da Polícia Militar do Paraná, sendo necessário para garantir o monitoramento contínuo e eficiente dos pacientes, contribuindo para uma assistência de alta qualidade e segurança na Unidade de Terapia Intensiva desta instituição que conta com 10 leitos e atualmente não dispõe de central de monitorização para os equipamentos novos adquiridos.

A unidade de terapia intensiva (UTI) demanda um monitoramento contínuo, preciso e integrado dos pacientes em estado crítico, a fim de garantir uma assistência de alta qualidade, segura e eficiente. Nesse contexto, a implementação de uma Central de Monitorização torna-se imprescindível, pois possibilita a centralização e o acompanhamento em tempo real dos sinais vitais, exames e demais parâmetros clínicos essenciais para a avaliação do estado de saúde dos pacientes.

A necessidade dessa contratação decorre do aumento na complexidade dos cuidados, da quantidade de pacientes atendidos e da necessidade de uma vigilância constante, que não pode ser realizada de forma isolada por monitores individuais. A Central de Monitorização permite uma visualização integrada de múltiplos pacientes, facilitando a detecção precoce de alterações clínicas, a tomada de decisões rápidas e a implementação de intervenções oportunas, o que pode ser determinante para a evolução clínica dos pacientes.

Saliento que atualmente a Unidade de Terapia Intensiva do Hospital da Polícia Militar do Paraná, o qual possui 10 leitos, não dispõe de Central de Monitorização para atender os Monitores multiparamétricos da Marca Mindray, os quais são um total de 07 (sete equipamentos).

Assim sendo, a justificativa para essa aquisição está fundamentada na busca por melhorias na qualidade do atendimento, na segurança do paciente e na eficiência dos recursos humanos e tecnológicos. Além disso, a Central de Monitorização promove maior agilidade na comunicação entre a equipe multiprofissional, otimiza o uso dos equipamentos de monitoramento e contribui para a conformidade com as normas e protocolos de segurança do paciente.

Dessa forma, a contratação dessa tecnologia é essencial para fortalecer a capacidade do serviço de saúde em oferecer cuidados de excelência, reduzir riscos de complicações e promover melhores desfechos clínicos para os pacientes em estado crítico na UTI.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 14 de 67)

Tendo em vista ser um serviço que atualmente a instituição não dispõe, foi solicitada inclusão do item ao PCA/2025/2026 o qual esta tramitando internamente, assim que formalizado será realizado ajuste com a inclusão do número de ordem PCA.

Verificamos no sistema GMS que os lotes não possui ata de registro de preço vigente. Justificamos a aquisição para atender a necessidades das unidades hospitalares.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**3.1** O descrito técnico consta no item 1.2 no Termo de Referência.

#### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO**

A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

#### **GARANTIA**

Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

Garantia plena total do Fabricante de 01 (um) ano, para os equipamentos e acessórios e mão de obra, e 03 (três) anos para software da central;

Após finalização das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento

de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.





## **NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES**

Registro na ANVISA, e vigente (aplicável somente para o software de aplicação da Central).

Não serão aceitos sistemas que utilizem Número de Registro compartilhado com Monitores Multiparamétricos;

NBR 14136 e IEC 60320 C13 - cabo de força tripolar.

NBR IEC 60601-1 – (Requisitos de Segurança Básica e Desempenho Essencial para Equipamento eletromédicos).

## **MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE)**

Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;

A CONTRATADA deverá fornecer treinamento operacional presencial para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Eletromedicina do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;

As datas e horários do treinamento operacional deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;

Todo treinamento operacional e material técnico deverá ser fornecido sem ônus ao CONTRATANTE, inclusive possíveis despesas do Engenheiro(s) / Técnico(s) e/ou (Treinador(es)).

## **INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:**

Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

A instalação de todos os itens descritos neste edital será de total responsabilidade do fornecedor, sem qualquer ônus para o Hospital.

- A instalação da central de monitoração deverá ser previamente agendada com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Hospital, de acordo com a disponibilidade da instituição.

- Para agendamento e coordenação da instalação, o fornecedor deverá entrar em contato com o responsável pela Gerência de Informática, cujos dados de contato são os seguintes:

- Nome: Ramartins Rocha de Andrade;
- E-mail: giiht@sesa.pr.gov.br
- Telefone: 3212-5757 / 5832

Fornecer CD/DVD/Pendrive de instalação de todos os softwares instalado inclusive do sistema operacional;

Todos softwares deverão possuir licenças ilimitadas;

O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

Por questão de segurança, o dongle / pendrive / dispositivo que contém o software da central, deverá ser instalado internamente na estação de trabalho (PC);

A Instalação e disponibilidade dos pontos de rede lógica nos Leitos, que estão lotados os monitores multiparamétricos e no local da Central será por conta do Hospital. O mesmo vale para instalação dos: cabo de HDMI; tomada de rede elétrica; e suporte de TV / Monitor de vídeo (escravo).

## **ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E BACKUP DE ENERGIA**

Alimentação de 100 a 240V bivolt automático, frequência 60Hz ou 127V fixo (por questão de segurança não será aceito bivolt selecionável);

01(uma) (unid.) Nobreak de tecnologia de senoidal online e dupla conversão, compatível com a potência e consumo da central de monitorização (PC) e seus periféricos, e com autonomia mínima de 15 min.

## **ACESSÓRIOS**

Todos cabos de vídeos e de força para referidos equipamentos supracitados;

Cabo de rede lógica padrão ethernet CAT 6, com no mínimo 2(dois) metros de comprimento, para conexão dos monitores multiparamétricos aos pontos das redes lógica instaladas leitos da UTI e da central de



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 16 de 67)

monitoração, em quantidade suficiente para atender todos os monitores multiparamétricos e central de monitorização, de cada unidade discriminado no Termo de Referência;

01 (um) (unid.) Cabo de HDMI de pelo menos 30 metros ou extensor HDMI (completo com conversor + cabo HDMI) (conexão da central e TV / monitor de Vídeo Escravo)

Todos acessórios referidos na Estação de Trabalho;

Além dos acessórios supracitados a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar seu perfeito funcionamento.

### **ENTREGA E EMBALAGEM**

A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

### **OUTROS E RECEBIMENTO**

Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;

Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;

Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.

A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega do manual e treinamento.

## **4 PESQUISA DE PREÇOS**

Atestamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

**I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):**

Fonte utilizada:

(X) Banco de Preços em Saúde

([https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI\\_DEMAS\\_BPS/SEIDIGI\\_DEMAS\\_BPS.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html))

( X ) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

🕒 Data da consulta: 21/08/2025

🕒 Período temporal utilizado: 21/08/2025

Recorte geográfico utilizado: (X) Nacional ( ) Paraná ( ) outro: \_\_\_\_\_

🕒 Parâmetro estatístico adotado: (X) Mediana ( ) Média ( ) Outro: \_\_\_\_\_

🕒 Outros filtros adotados (se houver): Não se aplica

🕒 Exclusões realizadas (se houver): Não se aplica

🕒 Quantidade de relatórios gerados: 4, nenhum resultado encontrado

🕒 Relatórios inseridos no processo: fls138-152

OBS: O GMS não possui a funcionalidade de “banco de preços” atualmente.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 17 de 67)

**II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:**

Portais utilizados para as buscas:

(X) Sistema GMS (www.gms.pr.gov.br)

(X) Portal da Transparência do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br – Modulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)

(X) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://pncp.gov.br – Modulo “Contratações” > “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

🕒 Data da consulta: 21/08/2025

🕒 Período temporal utilizado: 21/08/2025

🕒 Recorte geográfico utilizado: ( x ) Nacional ( ) Paraná ( ) outro: \_\_\_\_\_

🕒 Quantidade de resultados válidos / utilizados no mapa de preços: nenhum resultado encontrado

**III - Utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:**

Existe mídia especializada, tabela de referência ou sítio eletrônico especializado que contemple o objeto da presente contratação?

(X) Não

**IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:**

a) Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?

(X) Histórico de compras anteriores

( x ) Busca livre na internet

b) Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço: 48

c) Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:

(X) O fornecedor possui ampla experiência no mercado e é referência no fornecimento do item/serviço;

(X) O fornecedor já prestou serviços semelhantes para órgãos públicos, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos.

(X) Foram selecionados fornecedores de diferentes portes e regiões para garantir representatividade do mercado.

d) Forma de contato: (X) e-mail (X) telefone ( ) presencialmente

e) Período de duração da pesquisa de preços: 22 dias

f) Documentos enviados juntamente com o pedido de cotação

(X) Outro: Carta proposta

g) Quantidade de cotações recebidas: 2

h) Quantidade de negativas de cotações recebidas: 9

i) Quantidade de fornecedores que não responderam: 37

j) Conferência das cotações recebidas:

- O descritivo técnico condiz com o objeto a ser adquirido/contratado? (X) Sim ( ) Não

- A quantidade está correta? (X) Sim ( ) Não

- A proposta está válida? (X) Sim ( ) Não

- A proposta está assinada? (X) Sim ( ) Não

(X) Declaramos que cada fornecedor/prestador de serviço consultado na pesquisa de preço foi informado quanto às especificações técnicas exigidas as quantidades definidas pelo Estudo Técnico Preliminar, e consolidadas no termo de referência da contratação.

**V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 18 de 67)

( x ) Base Nacional de NFs Portal da Transparência (<https://portal.datransparencia.gov.br/notasfiscais/lista-consultas>)

🕒 Data da consulta: 10/06/2025

🕒 Período de referência utilizado nas pesquisas: 10/06/2025

🕒 Filtro de região geográfica (se houver): Não se aplica

🕒 Quantidade de resultados válidos encontrados: 2

🕒 Relatórios inseridos no processo: fls. 138-152

( x ) Aplicativo menor Preço – Nota Paraná (<https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br/index>)

🕒 Data da consulta: 21/08/2025

🕒 Período de referência utilizado nas pesquisas: 21/08/2025

🕒 Filtro de região geográfica (se houver): ( x ) Brasil ( ) Sul ( ) Paraná ( ) outro

🕒 Foram encontrados resultados válidos?

🕒 ( ) Sim. Quantidade de resultados válidos encontrados: ( x ) Não

🕒 Relatórios inseridos no processo: fls138-152

## **VI – Tabelas oficiais**

Abordadas no Tópico III.

### **Mapa de Formação de Preços**

a) O Mapa de Preços elaborado possui ao menos três preços para cada item?

(X) Não\*. Justifique o motivo:

A aquisição das Centrais de Monitorização compatíveis com os monitores multiparamétricos Mindray (Lote 01) e Nihon Koden (Lote 02) trata-se de objeto de alta complexidade e especificidade técnica. O mercado fornecedor é restrito, composto majoritariamente por representantes oficiais das marcas ou empresas especializadas.

Foi realizada ampla pesquisa de mercado detalhada, abrangendo fornecedores locais e regionais, porém constatou-se a inexistência de três ou mais empresas com capacidade técnica e habilitação para atender integralmente às exigências do edital. Essa limitação reflete a concentração de mercado e restringe a concorrência no segmento, inviabilizando a elaboração de mapa de preços com múltiplas referências sem comprometer a qualidade, a segurança assistencial e a competitividade do processo de contratação.

b) Quantos parâmetros de pesquisa de preços (I a VI) foram utilizados para a pesquisa? (Obrigatório utilizar no mínimo três)

(X) Quatro a cinco

c) Quais dados estatísticos foram calculados no mapa de preços?

(X) Todos

d) Existem preços discrepantes no mapa de preços?

(X) Não

e) Foram excluídos do mapa de preços valores considerados discrepantes?

(X) Não houve ocorrência de valores discrepantes.

f) Após a análise da cesta de preços qual foi método escolhido para a definição do preço máximo para o Processo Licitatório?

( x ) Menor preço

### **Justifique a escolha do método adotado:**

Optou-se pela Menor preço devido ao mercado do objeto a ser contratado ser restrito e/ou oligopolizado, com poucos fornecedores e preços similares. Além disso, nestes casos o menor preço pode refletir com maior precisão o valor de mercado.

## **5 PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1** O objeto será dividido em 2 (dois) lotes e cada lote é composto por um único item para fins de disputa e adjudicação.



A adoção do parcelamento se justifica pelos seguintes motivos:

**Viabilidade técnica:** O objeto é divisível, pois cada central de monitorização é compatível com monitores de uma única marca específica. A divisão em lotes distintos não compromete a funcionalidade do sistema nem a uniformidade dos serviços assistenciais;

**Viabilidade econômica:** O fracionamento da contratação não acarreta perda de economia de escala, tendo em vista que os quantitativos por marca são limitados e bem definidos. Ao contrário, o parcelamento possibilita uma contratação mais racional, atendendo com precisão às necessidades reais de cada setor;

**Aproveitamento do mercado:** A divisão por lotes promove maior competitividade entre fornecedores, incluindo empresas especializadas por marca, ampliando o número de participantes e favorecendo propostas economicamente mais vantajosas para a Administração;

**Padronização e compatibilidade técnica:** Cada lote garante que os equipamentos adquiridos sejam plenamente compatíveis com os monitores multiparamétricos já instalados nas respectivas UTIs, evitando riscos de incompatibilidade operacional ou assistência técnica limitada.

Desta forma, a modelagem da contratação por lotes atende aos preceitos legais da Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, que estabelece como regra a divisão do objeto, sempre que técnica e economicamente viável, visando ampliar a competitividade e a economicidade do processo.

## **6 SUSTENTABILIDADE**

A contratação das centrais de monitorização multiparamétrica observará práticas e critérios de sustentabilidade ambiental, alinhados aos artigos 361 a 364 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de modo a minimizar impactos ambientais e promover o uso racional dos recursos naturais.

O contratado deverá adotar as seguintes práticas:

### **6.1 Requisitos gerais de sustentabilidade:**

- ⌚ Preferência por equipamentos que apresentem baixo consumo de energia elétrica e maior eficiência na utilização dos recursos naturais;
- ⌚ Valorização de tecnologias com maior vida útil e menor custo de manutenção, contribuindo para a redução de descarte de equipamentos e peças;
- ⌚ Estímulo à utilização de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, sempre que possível, para reduzir a emissão de carbono associada ao transporte;
- ⌚ Incentivo ao uso de inovações tecnológicas que diminuam a pressão sobre recursos naturais, tais como circuitos eletrônicos otimizados para economia de energia.

### **6.2 Requisitos específicos para aquisição de bens:**

- ⌚ Preferência por equipamentos e componentes constituídos, no todo ou em parte, por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, conforme normas específicas da ABNT;
- ⌚ Embalagens que utilizem materiais recicláveis e sejam de volume reduzido, garantindo a proteção adequada dos equipamentos e minimizando a geração de resíduos sólidos;
- ⌚ Observância dos requisitos ambientais para certificação do INMETRO ou de órgãos equivalentes, priorizando produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental;
- ⌚ Atendimento à diretiva RoHS, assegurando que os equipamentos não contenham substâncias perigosas (como mercúrio, chumbo, cádmio e cromo hexavalente) acima dos limites permitidos.

### **6.3 Logística reversa e destinação final:**

- ⌚ O contratado deverá ser responsável pela logística reversa dos produtos e acessórios ao final de sua vida útil, conforme legislação vigente, garantindo o descarte ambientalmente adequado de baterias, placas eletrônicas, cabos e demais componentes;
- ⌚ A responsabilidade pela logística reversa deverá ser formalmente assumida em declaração específica no momento da assinatura do contrato.

### **6.4 Mitigação de impactos ambientais:**

- ⌚ Adoção de práticas que visem a redução do consumo de recursos durante a fabricação, transporte e uso dos equipamentos;





⌚ Compromisso com a reciclagem ou destinação adequada dos resíduos sólidos gerados no fornecimento e instalação dos equipamentos;

⌚ Implementação de procedimentos para a segregação de resíduos e incentivo à coleta seletiva nas unidades hospitalares, em parceria com o programa de sustentabilidade da instituição.

Art. 364. Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

Essas medidas visam não apenas atender às exigências legais, mas também reforçar o compromisso da Administração Pública com a responsabilidade socioambiental e a promoção de práticas sustentáveis em suas contratações.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Na presente contratação não será possível adotar o tratamento previsto no art. 48, (I) da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e empresas de pequeno porte.

O afastamento das regras fundamenta-se na(s) situação(ões) elencada(s) no(s) inciso(s) (I) do art. 49 da citada Lei

*I – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

Justificativa:

Na presente contratação, não é possível adotar o tratamento previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP).

O afastamento das regras fundamenta-se na situação elencada no inciso I do art. 49 da referida Lei, devido à impossibilidade de identificar, no mercado local ou regional, um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

A aquisição de Central de Monitorização com compatibilidade técnica e funcional para os monitores multiparamétricos das marcas Mindray (Lote 01) e Nihon Kodan (Lote 02) configura um objeto de alta complexidade e especificidade técnica. O mercado de fornecimento para este tipo de equipamento hospitalar é segmentado, e a especialização requerida faz com que a maioria dos fornecedores sejam grandes empresas ou representantes diretos das marcas, que não se enquadram como ME/EPP. A pesquisa de mercado e o levantamento de possíveis fornecedores indicam que não há o número mínimo de empresas com as qualificações técnicas necessárias e que possam atender a todas as exigências do edital.

Nessa esteira, o Decreto Estadual 10.086/2022 também estabelece o afastamento do tratamento privilegiado destinado às ME e EPP, como se vê, nos seguintes casos:

Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando:

*I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas: (...)*

*II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediadas local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região; ências estabelecidas no instrumento convocatório; (...)*

## **8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## **9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 21 de 67)

**9.1.** O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados do(a) recebimento do empenho, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

**9.2** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.3** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.4** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.4.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.6** o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

**9.7** Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 22 de 67)

**10.1.10** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.1.11** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.12** Com relação a ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:

**10.1.12.1** A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

**10.1.12.2** A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

**10.1.12.3** A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

**10.1.12.4** O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

**10.1.12.5** O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

**10.1.13** Com relação a GARANTIA:

**10.1.13.1** Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

**10.1.13.2** Garantia plena total do Fabricante de 01 (um) ano, para os equipamentos e acessórios e mão de obra, e 03 (três) anos para software da central;

**10.1.13.3** Após finalização das entregas, a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

**10.1.13.4** Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

**10.1.13.5** As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

**10.1.13.6** As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

**10.1.13.7** Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

**10.1.13.8** Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

**10.1.13.9** Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

**10.1.13.10** Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

**10.1.13.11** No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

**10.1.14** Com relação aos MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE):

**10.1.14.1** Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 23 de 67)

**10.1.14.2** A CONTRATADA deverá fornecer treinamento operacional presencial para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Eletromedicina do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;

**10.1.14.3** As datas e horários do treinamento operacional deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;

**10.1.14.4** Todo treinamento operacional e material técnico deverá ser fornecido sem ônus ao CONTRATANTE, inclusive possíveis despesas do Engenheiro(s) / Técnico(s) e/ou (Treinador(es)).

**10.1.15** Com relação a INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:

**10.1.15.1** Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

**10.1.15.2** A instalação de todos os itens descritos neste edital será de total responsabilidade do fornecedor, sem qualquer ônus para a unidade solicitante.

- A instalação da central de monitoração deverá ser previamente agendada com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Hospital, de acordo com a disponibilidade da instituição.

- Para agendamento e coordenação da instalação, o fornecedor deverá entrar em contato com o órgão solicitantes.

**10.1.15.3** Fornecer CD/DVD/Pendrive de instalação de todos os softwares instalado inclusive do sistema operacional;

**10.1.15.4** O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

**10.1.16** Com relação a ACESSÓRIOS:

**10.1.16.1** Além dos acessórios supracitados a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar seu perfeito funcionamento.

**10.1.17** Com relação a ENTREGA E EMBALAGEM:

**10.17.1** A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

**10.1.18** Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;

**10.1.19** Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;

Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.

A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega do manual e treinamento.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 24 de 67)

- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Para a SESA as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.4.1** Para as vendas a serem realizadas para FUNEAS, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, 144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.4.2** Para as vendas a serem realizadas pelo HPM, as notas fiscais poderão ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001/8, ou pelo Fundo Especial Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 14.869.229/0001-71, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (41) 3218-3544.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 25 de 67)

**11.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

**12.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**12.2** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**12.3** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

**12.3.1** Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.3.2** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**12.3.3** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo 40 % (quarenta por cento), em relação a quantidade exigida para cada lote.

**12.3.3.1** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**12.4** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**12.4.1** Valor global: **R\$ 809.920,00 (Oitocentos e nove mil, e novecentos e vinte reais).**

**12.4.2** Valores unitários: conforme planilha de composição no item 1.1 do objeto.

**12.5** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

**12.6** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**12.7** É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

## **13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**13.1** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e





c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**13.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

#### **14.SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

A não aceitação da subcontratação do objeto licitatório se justifica, primeiramente, pela necessidade de assegurar total compatibilidade tecnológica e funcional entre as Centrais de Monitoramento adquiridas e os monitores multiparamétricos atualmente em uso nas Unidades de Terapia Intensiva do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT. Tais centrais são essenciais para a vigilância contínua e segura dos sinais vitais dos pacientes, garantindo o correto recebimento de alarmes, armazenamento de históricos clínicos e visualização remota em tempo real das informações hospitalares.

A aquisição das centrais por fornecedores distintos poderia comprometer a padronização tecnológica necessária, resultando em riscos de falhas de comunicação entre os equipamentos, perda de dados, interrupções no monitoramento e impactos diretos na segurança do paciente e na eficiência da assistência. A plena integração das Centrais de Monitoramento depende da utilização de sistemas homologados, compatíveis e certificados pelos fabricantes originais – Mindray e Nihon Koden –, reforçando a necessidade de fornecimento coordenado por um único responsável, garantindo rastreabilidade, aderência técnica e manutenção da uniformidade operacional.

Adicionalmente, o fornecimento integral e centralizado facilita o controle de qualidade, a logística de instalação, o suporte técnico e as manutenções preventiva e corretiva, aspectos indispensáveis em ambiente hospitalar de alta complexidade como o CHT. Nesse contexto, a vedação à subcontratação visa assegurar a segurança clínica, a continuidade do serviço e o cumprimento eficiente das obrigações contratuais, em estrita observância aos princípios da Administração Pública e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

#### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

#### **16 VIGÊNCIA:**

**16.1 Da vigência da ata de registro de preços.**

**16.1.1** A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

**16.1.2** O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**16.1.3** Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

**16.1.4** A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

**16.2 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:**

**16.2.1** admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

**16.2.2** a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

**16.2.3** a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

**16.2.4** havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

**16.3** O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

**16.3.1** comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 27 de 67)

**16.3.2** - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

#### **16.4 Da vigência do contrato**

**16.4.1.** O contrato a ser firmado terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias.

#### **17. DO REAJUSTAMENTO.**

**17.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

**17.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 21/08/2025.

**17.1.2.** O reajuste deverá ser requerido pelo contratado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento.

**17.1.2.1** Transcorrido o prazo citado no item 18.1.2 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

**17.1.3.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**17.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**17.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

#### **18. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**18.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

**18.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**18.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**18.1.2.2** Transcorrido o período citado no item 19.1.2.1 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

**18.2** Data do orçamento estimado: 21/08/2025.

#### **19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**19.1** Para registro de preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que será exigido para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

#### **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

#### **21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 28 de 67)

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

**Curitiba, 24 de fevereiro de 2026**

**Responsável pela compilação de informações no Termo de Referência apresentada pelas unidades / órgãos participantes:**

*(assinado eletronicamente)*

Pâmela Lubian

Enfermeira

Coordenação de Governança em Aquisições

CGOV/DAD/SESA

**Chefia Imediata:**

*(assinado eletronicamente)*

Marcos Paulo do Carmo

Coordenador

Coordenação de Governança em Aquisições

CGOV/DAD/SESA



## ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 Os licitantes poderão apresentar extrato do CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

**1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link** <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 30 de 67)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,0** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,0** no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.5.1** Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

#### **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo **40 % (quarenta por cento)**, em relação a quantidade exigida para cada lote.

**1.5.1.2** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

#### **1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

**1.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021,



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 31 de 67)

sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 32 de 67)

ANEXO III  
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1721 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de central de **monitoramento das marcas mindray e nihon kohden**, para atender à Secretaria da Saúde do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 10 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA MINDRAY CÓDIGO GMS 6510-104362 CATMAT 455676	8	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 20 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA NIHON KODEN CÓDIGO GMS 6510-106201 CATMAT 455676	5	R\$	R\$	R\$	R\$	

2. A validade da proposta é de **120 (cento e vinte)** dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 33 de 67)

**4.2** para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

**5.** O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

**6.** O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

---

Representante Legal



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo n° 23.908.557-1

Pregão Eletrônico n° 1721/2025

– EDITAL (página 34 de 67)

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 1721/2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

OUTORGANTE



**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

---

**Nome do representante legal**



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 36 de 67)

**ANEXO VI**  
**ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA**

**Local de Entrega:** HOSPITAL DO TRABALHADOR – HT,  
**ENDEREÇO:** AV. REPÚBLICA. ARGENTINA, 4406 – NOVO MUNDO,  
CURITIBA – PR – CEP: 81050-000, Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

**Responsável pelo Recebimento:** Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

**Telefone:** (41) 3212-5875/5846/5751 (eletromedicinaht@gmail.com)

**Horário de Funcionamento:** 08:00 h às 16:30 h.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA**

**Local de Entrega:** CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO - CHR  
**ENDEREÇO** RUA QUINTINO BOCAIUVA, 329 – CABRAL  
CURITIBA – PR – CEP: 80035-090, Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

**Responsável pelo Recebimento:** Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

**Telefone:** (41) 3212-5875/5846/5751 (eletromedicinaht@gmail.com)

**Horário de Funcionamento:** 08:00 h às 16:30 h.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA**

**Local de Entrega:** HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC  
**ENDEREÇO:** RUA. UBALDINO DO AMARAL, 545 - ALTO DA XV  
CURITIBA - PR, 82590-300, Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

**Responsável pelo Recebimento:** Emerson Moreira Batista - Eng. Clínico / Eletricista CREA-PR 96173 /D.

**Telefone:** (41) 3212-5875/5846/5751 (eletromedicinaht@gmail.com)

**Horário de Funcionamento:** 08:00 h às 16:30 h.

**FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

**Local de Entrega:** Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM  
**Endereço:** Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR, CEP: 83.601-030

**Responsável pelo Recebimento:** Pitter Diorginnes de Oliveira

**Telefone:** (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122 (pitteroliveira@sesa.pr.gov.br)

**Horário de Funcionamento:** Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 37 de 67)

**FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

**Local de Entrega:** Hospital Regional do Litoral – HRL  
**Endereço:** Rua Presidente Getúlio Vargas 222 Palmital, Paranaguá-PR, CEP: 83.206-020

**Responsável pelo Recebimento:** Ronaldo Monteiro

**Telefone:** (41) 3420-7448. Fax: (41) 3420-7400 (ronaldo.monteiro@funeas.pr.gov.br)

**Horário de Funcionamento:** Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

**FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

**Local de Entrega:** Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP  
**Endereço:** Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR, CEP: 85.601-839

**Responsável pelo Recebimento:** Celio Roberto Bet

**Telefone:** (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394 (hrsengenhariaclinica@gmail.com)

**Horário de Funcionamento:** Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

**FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS**

**Local de Entrega:** Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB, **Endereço:** Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n, Jardim Monte Carlo, Telêmaco, Borba-PR, CEP: 84.266-010

**Responsável pelo Recebimento:** Every Barbosa Lobo

**Telefone:** (42) 3272-7707 (every.lobo@funeas.pr.gov.br)

**Horário de Funcionamento:** Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

**HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – HPM SESP**

**Local de Entrega:** Logradouro Av. Prefeito Omar Sabbag nº 894 – Jardim Botânico  
CEP 80.2010-000, Cidade Curitiba/PR

**Responsável pelo Recebimento:** 3º Sgt. QPM 1-0 Denilson José dos Santos

**Telefone:** (41) 3218-3605 (hpm.hotelaria@yahoo@com.br)

**Horário de Funcionamento:** 08:00 às 14:00



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n.º 23.908.557-1

Pregão Eletrônico n.º 1721/2025

– EDITAL (página 38 de 67)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1721/2025	PROTOCOLO N.º 23.908.557-1
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1721/2025, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de **central de monitoramento compatível com monitores das marcas mindray e nihon kohden**, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de **central de monitoramento compatível com monitores das marcas mindray e nihon kohden**, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

02- FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEAS

03- HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ – HPM SESP

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

**LOTE 01** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 01	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 10 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA MINDRAY CÓDIGO GMS 6510-104362 CATMAT 455676	UNIDADE	8	UNITÁRIO	R\$	





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 39 de 67)

**LOTE 02** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 02	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 20 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA NIHONKODEN CÓDIGO GMS 6510-106201 CATMAT 455676	UNIDADE	5	UNITÁRIO	R\$	

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

**3.1.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no **Portal Nacional de Compras Públicas**.

**3.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**3.3.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

### CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

### CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 21/08/2025** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**5.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado. Vencido este prazo, o reajuste terá como termo inicial a data da sua solicitação.

**5.1.2.2** O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

### CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

**6.5 Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços**

**6.5.1** As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**6.5.2** O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

**6.5.3** O remanejamento dependerá de :

I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;

III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

**6.5.4** Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4.** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

**10.5.** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6.** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.comprasparaná.pr.gov.br](http://www.comprasparaná.pr.gov.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Certificado de Autorização de Funcionamento**

O Pregão Eletrônico nº 1721/2025 é realizado pelo Pregoeiro(a) **Deise Gebhard**, designado na Resolução n.º 1275/2025, publicado no DIOE Executivo edição n.º 11951 de 25/07/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

**Deise Gebhard**  
Pregoeiro



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 42 de 67)

**FORNECEDORES**

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 43 de 67)

**Anexo da Ata de Registro de Preços**  
**Cadastro de Reserva**

**PROCESSO LICITATÓRIO PE 1721/2025**

**PROTOCOLO 23.908.557-1**

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n.º 23.908.557-1

Pregão Eletrônico n.º 1721/2025

– EDITAL (página 44 de 67)

ANEXO VIII  
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]

**CONTRATANTE:** O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão da Secretaria de Estado da Saúde, com sede no(a) Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º [XXXXXXXXXX], neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º [XXXXXXXXXX], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX].

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 1721/2025 (protocolo n.º 23.908.557-1) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de **central de monitoramento compatível com monitores das marcas mindray e nihon kohden**.

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 10 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA MINDRAY CÓDIGO GMS 6510-104362 CATMAT 455676	UNIDADE	UNITÁRIO	8	R\$	R\$

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO, COM CAPACIDADE PARA ATENDER / COMUNICAR COM NO MÍNIMO 20 LEITOS, COMPATÍVEL COM MONITORES MULTIPARAMÉTRICOS DA MARCA NIHON KODEN CÓDIGO GMS 6510-106201 CATMAT 455676	UNIDADE	UNITÁRIO	5	R\$	R\$

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 1721/2025, objeto do processo administrativo n.º 23.908.557-1 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 45 de 67)

### **3 FORMA DE FORNECIMENTO:**

Os bens deverão ser fornecidos em até 120 (cento e vinte) dias do recebimento do empenho, conforme descrito no Termo de Referência.

### **4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**4.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

**4.2** O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

**4.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

### **5. DO REAJUSTE.**

**5.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**5.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado. (21/08/2025)

**5.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**5.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**5.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**6.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**6.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### **7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:**

**7.1** Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VI), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

**7.2** O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

**7.3** O recebimento definitivo será feito no prazo de até 10 (dez) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 46 de 67)

**7.4** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **8 FONTE DE RECURSOS:**

**8.1** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

## **9 VIGÊNCIA:**

**9.1** O contrato terá vigência de **180 (cento e oitenta) dias**, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_.

## **10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**10.1.2** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

**10.1.3** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.1.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.5** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**10.1.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**10.1.7** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.8** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.1.9** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.9.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.9.2** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.9.3** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**10.1.10** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.



**10.1.11 Com relação a ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO:**

**10.1.11.1 A CONTRATADA** deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

**10.1.11.2 A Assistência Técnica Autorizada** deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

**10.1.11.3 A CONTRATANTE** se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

**10.1.11.4 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s)** da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

**10.1.11.5 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s)** da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

**10.1.12 Com relação a GARANTIA:**

**10.1.12.1 Concessão de plena garantia do Fabricante** para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

**10.1.12.2 Garantia plena total do Fabricante** de 01 (um) ano, para os equipamentos e acessórios e mão de obra, e 03 (três) anos para software da central;

**10.1.12.3 Após finalização das entregas,** a CONTRATADA deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

**10.1.12.4 Durante a vigência da garantia** a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

**10.1.12.5 As manutenções preventivas e corretivas** deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

**10.1.12.6 As manutenções preventivas no equipamento e acessórios** deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

**10.1.12.7 Na realização das manutenções ou instalações,** todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

**10.1.12.8 Nos casos de manutenção corretiva,** a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

**10.1.12.9 Se durante a manutenção corretiva ou preventiva** for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

**10.1.12.10 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior,** a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

**10.1.12.11 No momento da entrega do equipamento** a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

**10.1.13 Com relação aos MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE):**

**10.1.13.1 Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;**

**10.1.13.2 A CONTRATADA** deverá fornecer treinamento operacional presencial para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Eletromedicina do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;

**10.1.13.3 As datas e horários do treinamento operacional** deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;



**10.1.13.4** Todo treinamento operacional e material técnico deverá ser fornecido sem ônus ao CONTRATANTE, inclusive possíveis despesas do Engenheiro(s) / Técnico(s) e/ou (Treinador(es)).

**10.1.14** Com relação a INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:

**10.1.14.1** Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

**10.1.14.2** A instalação de todos os itens descritos neste edital será de total responsabilidade do fornecedor, sem qualquer ônus para a unidade solicitante.

- A instalação da central de monitoração deverá ser previamente agendada com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do Hospital, de acordo com a disponibilidade da instituição.

- Para agendamento e coordenação da instalação, o fornecedor deverá entrar em contato com o órgão solicitantes.

**10.1.14.3** Fornecer CD/DVD/Pendrive de instalação de todos os softwares instalado inclusive do sistema operacional;

**10.1.14.4** O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

**10.1.15** Com relação a ACESSÓRIOS:

**10.1.15.1** Além dos acessórios supracitados a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar seu perfeito funcionamento.

**10.1.16** Com relação a ENTREGA E EMBALAGEM:

**10.16.1** A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

**10.1.17** Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;

**10.1.18** Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;

Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.

A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega do manual e treinamento.

**10.1.19** adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.1.20** apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 49 de 67)

- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## **11 FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$ .

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.1** Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

## 13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

**13.1** A não exigência de garantia de execução do contrato se justifica pelo fato de que o objeto da licitação é a aquisição de bens (equipamentos) e não a contratação de serviços contínuos ou de engenharia de grande vulto, onde a garantia contratual é mais comumente exigida.

## 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na





participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**14.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## **15. CASOS DE EXTINÇÃO:**

**15.1** O presente instrumento poderá ser extinto:

**15.1.1** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**15.1.2** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**15.1.3** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**15.2** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**15.3** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**15.4** O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**16.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**16.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

**16.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**16.4** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**16.5** Não será admitida a subcontratação do fornecimento."

**16.6** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a **prorrogação** motivada por igual período

## **17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**17.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº 23.908.557-1

Pregão Eletrônico nº 1721/2025

– EDITAL (página 52 de 67)

**17.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**17.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**17.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**17.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**17.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**17.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**17.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**17.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**17.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**17.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**17.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

**17.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Protocolo nº **23.908.557-1**

Pregão Eletrônico nº **1721/2025**

– EDITAL (página 53 de 67)

**17.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



**ANEXO IX**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1721/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

---

Representante Legal



**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO LGPD**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**